

## *A grilagem da Palestina: A promessa da terra em Gn 12*

### *The Encroachment of Palestine: The Promise of Land in Genesis 12*

#### **Resumo**

Esse texto discorre sobre o uso de textos bíblicos – como a promessa da terra para Abraão em Gn 12 – como legitimação para a invasão e tomada da Palestina, por diversos movimentos sionistas, e a partir da história da redação do livro do Gênese conforme a moderna arqueologia e os estudos críticos da Bíblia, mostra a elaboração dessa promessa como parte do projeto de Josias de tomar as terras do Israel norte, apontando elementos para uma leitura decolonizada e descolonizadora dessa e de outras perícopas, de forma a denunciar todos os projetos colonialistas, racistas e genocidas que usam os textos bíblicos para sua legitimação.

**Palavras-chave:** Promessa da terra; Sionismo; Colonialismo; Racismo; Gênesis 12.

#### **Abstract**

This text discusses the use of biblical texts - such as the promise of the land to Abraham in Gen 12 - as legitimization for the invasion and seizure of Palestine, by various Zionist movements, and from the history of the writing of the book of Genesis according to modern archaeology and critical studies of the Bible, shows the elaboration of this promise as part of Josiah's project to take over the lands of northern Israel, pointing to elements for a decolonized and decolonizing reading of this and other pericopes in order to denounce all the colonialist, racist and genocidal projects that use biblical texts for their legitimation.

**Keywords:** Promise of the land; Zionism; Colonialism; Racism; Genesis 12.

## **Introdução: A invasão da Palestina**

O que começou em 1922 como uma imigração de Judeus fugindo dos horrores do nazismo para a Palestina, então governada pelos britânicos, torna-se uma invasão da Palestina a partir de 1947 com a aprovação da “resolução

---

<sup>1</sup> Luiz José Dietrich é doutor em Ciências da Religião – História e Literatura do Mundo Bíblico. Atualmente é Professor Adjunto e coordenador da Área Bíblica do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É também assessor do CEBI e do Centro Bíblico Verbo de São Paulo.

181” da ONU – um plano de divisão do que era o então Mandato Britânico da Palestina para o que seriam os Estados árabe e judeu – que iniciou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Embora os árabes palestinos tenham rejeitado a resolução 181, que atribuía à população judaica menor um território maior, em 1948 Israel usou este plano de divisão para declarar unilateralmente a criação do Estado de Israel. Neste ano mais de 750 mil palestinos tiveram de deixar suas casas e terras.



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51z7yv3r19o>; acessado em: 13/04/2024.

Os palestinos referem-se a esse momento trágico que marcou sua história como *nakba*, que significa “catástrofe” em árabe. Após isso, em 1967 na Guerra dos Seis Dias, Israel tomou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, fazendo com que mais de 325 mil palestinos fugissem, principalmente para a Jordânia. E nos anos seguintes, uma média de 21 mil palestinos por ano foram deslocados de áreas controladas por Israel. Israel nunca aceitou que estes refugiados voltassem para suas casas.

Hoje, segundo o Escritório Central Palestino de Estatísticas a população palestina ao redor do mundo gira em torno de 15 milhões. Destes a maior parte vive nos países árabes (44,8%); outros 22,5% vivem na Cisjordânia, nos territórios palestinos, incluindo Jerusalém oriental; 15,45% estão na Faixa de Gaza; 12% vivem em Israel; e 5,3% vivem em outros países. No entanto, aproximadamente 6 milhões, quase metade do povo palestino, são refugiados, gente que foi expulsa de seus lares e casas devido à invasão colonialista patrocinada pelo Estado de Israel e de seus aliados no ocidente. E mesmo dentro da Faixa de Gaza, “a maior prisão ao ar livre do planeta” (Pappé, 2023), após a incursão do exército israelense, 1,9 milhão de pessoas foram deslocadas internamente<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> “A origem da violência em Gaza está na ideologia racista da eliminação dos nativos”. Artigo de Ilan Pappé

Este artigo abordará Gn 12,1-9, como um dos textos bíblicos usado pelo movimento que impulsionou a criação do Estado de Israel em 1948 – “estabelecido em nome da Bíblia” – que pode ser considerado “um dos grandes crimes de guerra do século XX”. “O Estado de Israel foi construído sobre antigos símbolos e lendas bíblicas e mitos sionistas modernos, e a reivindicação sionista da Palestina foi baseada na noção de que Deus havia dado a terra aos judeus.” (Prior, 1997, pp. 107-119; Massalha, 2007, pp. 1-2).

É importante notar que historicamente, o termo *Eretz Yisrael* (Terra de Israel) foi reverenciado por gerações de judeus apenas como um local de peregrinação sagrada e território eclesiástico, mas nunca como um futuro estado secular. Por quase dois milênios, a tradição e a religião judaicas ordenaram estritamente que os judeus aguardassem a Messias e o “fim dos tempos” antes de retornar à terra.

É claro que é importante politicamente para os sionistas apregoarem uma presença judaica constante e duradoura na Palestina e, em particular, na cidade de Jerusalém. Mas a alegação de que o sionismo político expressa 2000 anos de anseio pela autodeterminação política e religiosa dos judeus é um mito moderno, inventado na Europa na metade final do século XIX. A construção de uma nação por meio da invenção da tradição era uma prática típica da Europa: usar a memória coletiva de forma seletiva, manipulando aspectos do passado religioso, suprimindo alguns e elevando e mobilizando outros, de uma forma totalmente funcional e para fins políticos. Dessa forma, a memória coletiva mobilizada não é necessariamente autêntica, mas sim útil politicamente (Masalha, 2007, p. 2).

Nesse processo, inclusive a chamada “arqueologia Bíblica, criada no início do século XIX, sendo encaminhada por cristãos ocidentais e judeus fortemente comprometidos com a defesa da historicidade das narrativas bíblicas, e realizada com total desconsideração pelas realidades históricas, demográficas e políticas da Palestina, está no coração da tradição colonial (Masalha, 2007, pp. 3-4; 70-84; 93-94; 102).

Deve-se também observar que o Estado de Israel, apesar de ter sido construído majoritariamente por judeus sionistas ateus, desde 1948 engrenou um lento e constante movimento de clericalização, indo de um sionismo secular para um sionismo judeu sacralizado. Os principais sionistas do Partido Trabalhista Israelense e os “pais” fundadores do estado, especialmente David Ben-Gurion buscaram uma aliança com o judaísmo religioso, consolidando assim a aliança entre a espada e a Torá, entre o estabelecimento secular do sionismo e os partidos religiosos sionistas. Isso desembocará no neo-sionismo e sua teologia nacional colonialista (Massalha, 2007, pp. 135-164).

Em 1937 Ben-Gurion, ainda antes de ser o primeiro-ministro e arquiteto do Estado de Israel declarou para os britânicos que detinham o mandato sobre a

Palestina: “A Bíblia é o nosso mandato” (Rose, 2004, p. 7). Ben-Gurion era um sionista não-crente e profundamente secular. No entanto, desde o final do século XIX, o sionismo judeu secular adotou a doutrina bíblicista sionista protestante da propriedade exclusiva da terra, cuja premissa era que a Bíblia Hebraica fornece um sacrossanto “título de propriedade” aos judeus para colonizar a Palestina, e que dá legitimidade moral ao estabelecimento do Estado de Israel e suas políticas atuais em relação aos palestinos nativos (Masalha, 2007, p. 16).

Assim, parte do sionismo secular judeu, usando a Bíblia mais como “história” do que como teologia ou fonte de fé (Shindler, 2002, p. 101), junta-se aos fundamentalistas e, apesar de suas características próprias e sua ideologia nacionalista – do “retorno” à terra da Bíblia – segue a “trajetória geral dos projetos colonialistas na África, Ásia e América Latina: A colonização europeia da terra de outro povo, buscando remover ou subjugar os habitantes nativos da terra (Rueher, 1998, p. 113).

Estes grupos usam a Bíblia como aqui no Brasil se usa um pedaço de papel artificialmente envelhecido para reivindicar a propriedade de um terreno e expulsar dali seus moradores antigos e tomar posse da terra. Esse processo é conhecido como “grilagem” porque o falso título de propriedade é colocado dentro de uma caixa juntamente com uma porção de grilos, ali, durante um certo tempo os grilos roíam partes do papel e depositavam seus excrementos sobre ele, deixando-o amarelado e roído. O objetivo era deixá-lo com aparência de um título muito antigo que teria sido feito antes da chegada dos atuais moradores ocuparem o terreno. Desse modo, usando estes papéis falsos, além sua força política e econômica, ou simplesmente a corrupção das autoridades, muitos construíram enormes latifúndios. Esse tipo de artimanha aparece na alegação de Ben-Gurion de que a Bíblia era, para o povo escolhido, o sacrossanto título de propriedade da Palestina “com uma genealogia de 3500 anos” (Ben-Gurion, 1954, p. 100).

A partir do século XIX o paradigma da “terra prometida” ao “povo escolhido” é central também para o sionismo cristão e o protestantismo fundamentalista, para o qual a Bíblia é a forma verbalizada e “escrituralizada” que dão forma às palavras através das quais Deus se deu a conhecer (Barr, 1977, p. 36). Nas cruzadas, inicialmente os cristãos católicos visavam expulsar os muçulmanos da “terra santa”, mas logo seu objetivo passou a ser, na fala do Papa Urbano II, em 1095. “arrancar a terra do domínio da raça iníqua”. Para os cruzados “muçulmanos e judeus não tinham ‘direitos religiosos’ em Jerusalém. Eles também desprezavam a Igreja Ortodoxa e queriam seus líderes fora do caminho” (Masalha, 2007, p. 106).

Essa compreensão começa a mudar a partir da fundação do Estado de Israel em 1948, e especialmente depois da chamada “guerra dos seis dias” em junho de 1967, quando Israel derrotou muito rapidamente as forças militares da Síria, Egito, Jordânia e Iraque, apoiados pelo Kuwait, Arábia Saudita, Ar-

gélia e Sudão. Nessa guerra Israel triplicou seu domínio territorial: Tomou a Faixa de Gaza e a Península do Sinai do Egito, as Colinas de Golã da Síria, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental da Jordânia, com a conquista da Cidade Velha de Jerusalém, com grande peso simbólico. O sionismo cristão se aliou ao sionismo judeu. E depois da derrocada da União Soviética, o surgimento de correntes islâmicas radicais antiamericanas na Guerra do Golfo (1990-1991), a proximidade da virada do milênio impulsionaram o dispensacionalismo cristão americano, ou o “*Lobby do Armageddon*”. Para eles a Bíblia profetiza a Batalha do *Armageddon* (nome grego do monte Megiddo, *Har Megiddo/Megiddon*, em hebraico), a batalha final, entre as forças da luz e as das trevas, que assinalaria o fim desta era e a chegada do reino terrestre de Jesus Cristo (Barr, 1977, p. 190).

Sionistas cristãos, como sionistas judeus, veem 1948 como um outro “êxodo”, como o retorno à “Terra Prometida”, o cumprimento da profecia bíblica e da benção divina. O *lobby* dos sionistas cristãos juntamente com o *lobby* dos sionistas judeus, juntamente com os interesses colonialistas britânicos e estadunidenses foram os responsáveis por moldar a política norte americana para Oriente Médio (Chomsky, 1983). Suas propagandas nos atingem através de livros, pregações e mídias, e costumeiramente nos referimos à terra como “Israel”, e não conforme a terminologia usada nos escritórios das Nações Unidas: “Israel e os Territórios Ocupados”. Essa pequena variação na linguagem esconde que Israel com as áreas invadidas e ocupadas na guerra de 1967, constituem um profundo e violento país dividido (Bowman, 1991, pp. 121-134). Isso também se mostra no radicalismo de certos grupos fundamentalistas cristãos evangélicos e ou neopentecostais e judeus que acreditam que é necessário destruir a o Domo da Rocha, terceiro local mais sagrado para os muçulmanos, construído no século VII, supostamente sobre a área do “Santo dos Santos” do Templo de Jerusalém destruído pelos romanos no ano 70 da EC., para então construir ali o terceiro Templo de Jerusalém. A construção do terceiro Templo em Jerusalém é considerada necessária para assegurar a volta de Jesus Cristo, o Messias Judeu.

O messianismo sionista judeu vê os avanços militares sobre o território palestino como parte do processo divino de redenção messiânica de Israel. Um processo que visa a reconstrução da “santidade e da “totalidade do território de Israel”, para a construção do terceiro templo e o estabelecimento de uma teocracia baseada na *Halacha* (regulamentações e aplicações práticas das leis da Torá). “A terra de Israel, para o povo de Israel, de acordo com a Torah de Israel”. Entretanto, a compreensão estreita e fundamentalista da Torá, acrescenta um componente racista à suas propostas e práticas, pois também concebe uma “radical e incisiva distinção entre judeus e não-judeus”. Eles abraçam a noção supremacista dos judeus como um “povo escolhido” divinamente (*‘am segula*), frente ao qual os palestinos não passam de inquilinos ilegítimos e invasores, e são uma ameaça ao processo de redenção messiânica. Os direitos humanos e civis dos palestinos perdem sua legitimidade frente à divina legitimidade do

“povo escolhido” e o mandamento religioso (*mitzvah*) para “conquistar, possuir e colonizar a Terra Prometida” (Masalha, 2007, pp. 138-139).

Um dos argumentos principais, basilares para estas leituras fundamentalistas, que legitimam invasão, colonialismo, racismo e genocídio está baseado na historicidade da promessa da terra a Abraão: A terra teria sido inclusive escolhida antes do povo. A terra de onde Javé teria feito o primeiro chamado para o primeiro hebreu: “Saia da tua terra, do meio de seus parentes, da casa de seu pai, e vá para a terra que eu lhe mostrarei” (Gn 12,1). Por isso agora vamos entrar no estudo da perícopa de Gn 12,1-9.

### **Um pouco da história do livro de Gênesis**

Para que exista uma história da origem do povo é necessário que antes exista o povo de Israel. Isto quer dizer que o livro do Gênesis, e também os outros livros da Bíblia, não são reportagens fiéis feitas quando as coisas estão acontecendo. São um tipo especial de literatura, diferente de um jornal, de um relatório ou de um livro de história ou de ficção. São narrativas que podem ou não ter fundo histórico, mas que sempre estão muito mais voltadas para o contexto em que são elaboradas e transmitidas do que para o passado a que se remetem.

Com base no estudo crítico da Bíblia, corroborada pelos mais recentes dados e estudos arqueológicos, sabe-se hoje que a história de Israel não começa com a criação. Assim, embora o livro do Gênesis esteja no começo da Bíblia, as narrativas que ele apresenta foram elaboradas num período bastante adiantado da história de Israel. E o livro só alcançará a forma com a qual é hoje encontrado na Bíblia por volta do ano 400 a.C. Representa a forma como a oficialidade judaica queria que sua história fosse entendida naquela época, pois do mesmo modo como nós hoje contamos a história do Brasil de maneira diferente do que era contada a vinte ou trinta anos atrás, também o povo de Israel alterava a forma de contar a sua história a cada nova etapa de sua vida. A narrativa tal qual se apresenta para nós hoje, no livro de Gênesis, é uma visão idealizada, o mito da fundação do judaísmo pós-exílico.

Muitas das histórias que encontramos no Gênesis têm raízes em histórias de famílias, de tribos, de santuários ou instituições clânicas ou tribais. Inicialmente eram grupos autônomos e independentes uns das outras, e estas histórias originalmente não estavam ligadas entre si. Porém, gradativamente ao longo da história de Israel, na medida em que as tribos que deram origem ao povo de Israel foram crescendo, agregando outras tribos e unindo-se em monarquias, estas pequenas histórias foram reelaboradas e unidas umas às outras, primeiro em tradições orais, e depois em tradições escritas, como se fossem a narrativa de um só povo.

Atualmente nas academias de estudo, que consideram os dados mais recentes da arqueologia, trabalha-se com a hipótese de que a história de Israel se inicia com três ou quatro tribos (Efraim, Manassés, Benjamim e, talvez, Judá), tendo as demais sendo integradas ao reino do norte (Israel) ou ao reino do Sul (Judá) paulatinamente ao longo do tempo. O número 12, é um número idealizado, provavelmente simbolizando a totalidade das tribos nos tempos do rei Ezequias (716-687 a.C.) e do rei Josias (640-609 a.C.). A história de Israel ganha corpo a partir das três tribos do norte, Efraim, Manassés e Benjamim, que formarão o reino do norte, Israel, conhecido como “a casa de Jacó” (Am 3,13) ou, às vezes também como “a casa de José” (Js 18,5; Am 5,6.15; Ez 37,16); e com a tribo de Judá, no sul, a qual incluirá a região de Berseba ou Bersabeia formando posteriormente o reino de Judá, conhecido como “a casa de Davi” (1Rs 12,19-20; Is 7,2; Jr 21,12).

Muito provavelmente, só depois de três ou quatro séculos de monarquia, especialmente após a destruturação do reino do norte, Israel, a destruição de Samaria, sua capital, e de sua anexação ao império assírio, é que as tradições nortistas, referentes aos patriarcas, às tribos e à monarquia nortista serão levadas para Jerusalém. Nessa época, a invasão assíria fez com que milhares de refugiados israelitas, do Norte, procurassem abrigo em Jerusalém e em outras cidades de Judá (2Cr 30,25b).

Os estudos arqueológicos e antropológicos mostram que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, Israel era o grande reino da região, enquanto Judá, econômica-política e militarmente, era bastante insignificante (Finkelstein, 2015). Em 2Rs 14,9 expressa-se a diferença entre os dois reinos com a comparação entre “o cedro do Líbano” (Israel) e “o cardo do Líbano” (Judá). Os estudiosos estimam que até essa época, 722 a.C., Jerusalém não passava de uma pequena vila, com algo em torno de 1000 habitantes<sup>3</sup>, num espaço de aproximadamente cinco hectares (em grande parte ocupados por templo e palácio). Entre 722 e 700 a.C. o tamanho da cidade passou para sessenta hectares, e a população passou de 1.000 para 15.000 habitantes (Finkelstein; Silberman, 2018, pp. 248- 251; Grabbe, 2007, pp. 121-122; Liverani, 2008 pp. 195-199; Zabatiero, 2013 pp. 124-125)<sup>4</sup>. Será também nessa ocasião que, para acolher os refugiados da elite do reino do norte, o rei Ezequias ampliará as muralhas e o abastecimento de água para Jerusalém (2Rs 20,20; 2Cr 32,30). Os números acima referem-se aos refugiados ricos, acolhidos dentro das muralhas ampliadas

---

<sup>3</sup> Com essa conclusão dos estudos arqueológicos cai um dos últimos pilares da “Teoria Documentária”, ou “Teoria das Fontes” (Javista, Eloísta, Deuteronomista e Sacerdotal), pelo menos no que diz respeito ao documento Javista, que teria sido produzido na corte do grande império davídico-salomônico, do qual não foi encontrado nenhum vestígio arqueológico.

<sup>4</sup> Uma estimativa divergente, com números um pouco maiores, é apresentada por William M. Schniedewind, *Como a Bíblia tornou-se um livro*, pp. 98-106. Porém este autor parece superestimar a importância de Jerusalém no tempo de Ezequias.

para esse fim, mas outros milhares camponeses nortistas, ricos e pobres devem ter-se integrado a famílias camponesas fora das muralhas, nas terras de Judá.

### **Contexto da espinha dorsal de Gn 12-50: Ezequias e de Josias (+ 700-600 a.C.)**

O final dos anos 700 a.C. foi de grandes transformações em Jerusalém e em Judá. Não somente transformações arquitetônicas e estruturais, mas também socioeconômicas, políticas e culturais. O aumento de população ocasionou reordenamento da propriedade da terra e da produção. Como vassalo da Assíria, especialmente com o rei Manassés, Judá se integra e participa ativamente no comércio internacional. A produção é controlada pelo estado e é direcionada para o mercado internacional. Notadamente na região mais fértil de Judá, na Sefelá ou Shefelá (Jz 1,9; 1Rs 10,27) os conflitos pela terra serão muito acirrados. (Veja-se a inspirada denúncia de Miqueias (Mq 2,1-5; 3,1-12). É nessa época que o reino de Judá se tornou um “estado plenamente desenvolvido”, passou por uma “revolução econômica, deixando de ser um sistema tradicional baseado em aldeias e clãs, para atingir uma produção agrícola massificada e industrialização sob centralização estatal” (Finkelstein, 2003, pp. 331-333). A uma rede burocrática baseada em Jerusalém e nas principais cidades de Judá, para controlar a produção, organizar o fluxo de mercadorias e o comércio.

Os estudos indicam que somente nesse momento desenvolve-se o uso da escrita em Jerusalém e em Judá (Schniedewind, 2011). As violentas imposições político-religiosas<sup>5</sup> empreendidas por volta dos anos 700 a.C. pelo rei Ezequias estão intimamente relacionadas com essas mudanças. A partir do poder o rei Ezequias centraliza o culto direcionando para Jerusalém todas as oferendas. Destrói os santuários do interior, centros de organização dos camponeses e enfraquece a organização e a autonomia deles (2Rs 18,4-8) (Nakanose, 2000). Há muitas violências e mudanças forçadas embutidas nessa nova estruturação do poder e da religião. Elas necessitam de uma forte legitimação religiosa para poder ser realizadas. É com essa função que os escribas da corte irão redigir uma história para reforçar a elevação de Javé a Deus único de Israel, e de Israel como povo exclusivo de Javé<sup>6</sup>. A teologia da aliança será usada para costurar tradições do norte e do sul. É certamente nesse contexto, e com essas funções que nesse período se inicia a redação da chamada história deuteronomista (Römer, 2008; Carr, 2011, pp. 316-317)

---

<sup>5</sup> Abandonamos a conceituação de “reforma” para descrever a ação destes dois reis. Reforma seria uma volta a uma antiga forma. Mas o que estes dois reis fizeram no nível da oficialidade foi impor, de forma violenta, uma configuração totalmente nova de política: a centralização do culto em Jerusalém e de religião: a monolatria, o culto unicamente a Javé.

<sup>6</sup> Nesse sentido ver: Dietrich, Luiz José; Silva, Rafael Rodrigues da. *Em busca da Palavra de Deus*. Uma leitura do Deuteronômio entre contradições, ambiguidades, violências e solidariedades. São Paulo: Paulus, 2020, pp. 25-70.

## O projeto expansionista de Josias e a “Palavra de Deus” identificada com um texto escrito

Mas, foi principalmente durante a reforma de Josias (±620 a.C.), que as imposições políticas e religiosas de Ezequias foram aprofundadas e ampliadas para toda Judá e também para dentro do território de Israel. que estas narrativas serão integradas em documentos escritos como a história de um só povo. Buscando ocupar o vácuo de poder deixado com a desocupação do reino do norte, pela retração da Assíria, em decadência, Josias avança sobre esse território com o desejo de unificar dos dois reinos (“12 tribos”), em um só reino (sob a dinastia davídica), um só povo, cultuando somente a Javé e somente em Jerusalém.

É certamente no contexto dessas duas imposições religiosas e políticas que é constituída, com tradições de Israel, e de Judá, a espinha dorsal de uma narrativa escrita contendo boa parte dos capítulos 12-50 do livro do Gênesis, bem como de Êxodo 1-24 e 32-34; do Deuteronômio 4,44-28,68; dos livros de Josué; Juízes; 1 e 2Samuel; 1 e 2Reis, e certamente também de vários livros proféticos pré-exílicos, como Amós, Oséias, Isaías, Miquéias e Jeremias<sup>7</sup>.

Deve-se ter em mente que, além dos nomes dos patriarcas e dos locais onde viveram e fundaram povoações, a tradição oral nos trouxe pouca ou quase nenhuma informação histórica do período dos patriarcas e das tribos de Israel. Os textos sobre as famílias patriarcais têm como pano de fundo a vida dos clãs nômades que viviam do pastoreio nas áreas semidesérticas da região. Isso, guardadas as devidas precauções, pode dar uma ideia de como viviam as famílias dos patriarcas e matriarcas. Pastores nômades existem e vivem ainda hoje na região. Mas nos textos que chegaram para nós, os personagens, Abraão, Ismael, Isaac, Jacó, Esaú, Labão e outros, na maioria dos casos devem ser vistos como representantes de povos: Abraão representa inicialmente o reino do sul, Judá, e na redação pós-exílica, é dado como representante de todo o povo de Israel. Ismael representa os povos árabes do deserto (16,11-12; 21,18-21; 25,12-18). Isaac representa o povo que vivia no sul de Judá, em Berseba (26,23-33), depois incorporado a tribo de Judá. Jacó, e também Israel, representam o reino do norte (23,24) em sua identidade e relações, ora de alianças e ora de conflito, como a aliança de não agressão feita com Labão que representa os arameus, sírios

<sup>7</sup> Desse modo, apesar de Finkelstein, constatar a significativa ausência de textos escritos advindos das maiores cidades do período de Amri/Omri (Finkelstein, 2015, p. 380), de acordo com os mais recentes dados arqueológicos, em consonância com a crítica bíblica, somos levados a considerar sempre de forma mais convicta, que de fato a Bíblia começou a ser escrita no reino do norte, em Israel. Veja-se por exemplo, que dentro do conjunto de textos que se creê elaborados nas reformas de Ezequias e Josias, há um forte predomínio de textos aos quais a crítica bíblica atribui origem nortista: as tradições de Jacó/Israel, de José (seus filhos são Efraim e Manassés, nomes das duas principais tribos do norte), as tradições sobre o êxodo, o “código da aliança” (Ex 20,22-23,19), a tradição do “bezerro de ouro” (Ex 32-34), as tradições dos chamados juízes libertadores, dos santuários de Silo, Gilgal e Betel, de Samuel, de Saul, dos profetas Elias e Eliseu, o núcleo mais antigo de Dt 12-26, as tradições dos profetas Amós e Oséias, etc., além dos “anais dos reis de Israel”, e possivelmente ainda outros textos. Estas perspectivas subjazem às introduções e notas aos livros do Pentateuco na Nova Bíblia Pastoral (2014), e são também apontadas por Israel Finkelstein em entrevista realizada e publicada pelo Prof. Ademar Kaefer (Kaefer, 2016, pp. 119-126).

(25,20; 31,51-54). Esaú representa os edomitas (23,24; 25,30; 33,16; 36,1.8) e as tensas relações que mantiveram com Israel e Judá (Gn 33).

Assim, para Israel Finkelstein a mensagem dos textos sobre os patriarcas, elaborados nos tempos de Ezequias e de Josias

“são essencialmente uma defesa da proeminência de Judá sobre os territórios nortistas articulada pelos escribas do sétimo século a.C. Estes escritores produziram as narrativas da historiografia bíblica sob o ímpeto da agenda ideológica do expansionismo de Josias” (Finkelstein; Mazar, 2007, p. 38).

Este trabalho quer ressaltar que, para uma leitura descolonizada e descolonizadora do livro de Gênesis, e da própria Bíblia, é fundamental considerar estes aspectos dos textos elaborados nessa época, especialmente daqueles relacionados ao Pentateuco e à História Deuteronomista. O projeto de Josias, dentro do qual estes textos foram redigidos, é um projeto de dominação imperialista, de colonização do norte pelo Sul, e isso precisa ser considerado, especialmente quando hoje se busca desmascarar da Bíblia para justificar invasões, colonialismos, racismos e genocídios. Pois, as perspectivas colonizadoras e imperialistas presentes na teologia de Josias não somente perpassam os textos do Pentateuco e dos livros históricos, mas ainda hoje influenciam teologias e práticas de diversas igrejas e correntes do cristianismo e do judaísmo. Há também que se repensar a própria teologia do Antigo Testamento. Há um longo e complicado processo de formação da teologia de Javé com Deus único do universo (Smith, 1990; 2001; Reimer, 2009). Nesse processo há sem dúvidas aspectos libertadores e sagrados, especialmente na origem, quando Javé era a Divindade cultuada em momentos e circunstâncias que exigiam a defesa e a proteção armada das famílias, de suas terras, colheitas e das suas próprias vidas. Mas no processo de centralização do culto em Javé, há também a assimilação de funções de legitimação da monarquia, da concentração de poder e de riquezas, e mesmo da violência, como a que se deixa ver, por exemplo, no versículo refrão do livro de Josué “e passaram todos ao fio da espada” (Js 6,21; 8,22-25; Js 10,28-39)<sup>8</sup>.

Um dos aspectos atuais em que mais se sobressaem os aspectos colonialistas e imperialistas, é o conceito que leva a compreender de forma simplista a Bíblia como Palavra de Deus. É devido à identificação do texto bíblico com a Palavra de Deus incentivada pelo imperativo de Javé para que Moisés escrevesse as revelações recebidas (por exemplo Ex 17,14; 34,27) ou da identificação da revelação com um texto escrito (Dt 28,58.61) são da época de Ezequias, Josias ou de Esdras. Foi um texto escrito apresentado como “Palavra de Deus” que legitimou e guiou as reformas e as políticas expansionistas de Josias, e é dessa raiz que brotam as concepções que apoiam o uso da Bíblia ao longo da história

<sup>8</sup> Tais aspectos da Bíblia Hebraica e da teologia bíblica são abordados em livros cujos títulos falam por si, como *Drunk with Blood. God's killings in the Bible*, de Steve Wells (SAB Books, 2010), ou, de Armstrong, Karen, *Fields of Blood. Religion and the history of violence*. New York Toronto: Alfred a Knopf, 2014, entre outros.

para legitimizar dominações colonialistas e imperiais. E ainda hoje fundamenta ataques a outras religiões e culturas. Pode ser enriquecedor para o debate a introdução de uma reflexão do saudoso e sempre muito arguto e instigante teólogo, biblista, Pe. Comblin:

“Além disso, há uma evolução nas doutrinas bíblicas. A Bíblia começa com uma forma de politeísmo e termina com o monoteísmo. Deus não seria o autor das duas concepções? Não se deve supor uma grande autonomia dos autores, já que os seus escritos defendem conceitos desmentidos por fases ulteriores da evolução da Bíblia? Não é aqui o caso de expor a teologia bíblica atual, mas é útil mencionar que a parte humana da redação aparece cada vez mais claramente. É cada vez mais difícil situar onde se acha a intervenção de Deus na Bíblia. Esse livro divino é também muito humano e, por conseguinte, não radicalmente diferente de outros livros religiosos. Com isso poderíamos caminhar para duas direções diferentes: para uma concepção que diria que tudo é revelação ou para uma concepção que diria que nada é revelação. Uma teologia secularizada estaria mais atraída pelo segundo caminho. No diálogo com as religiões poderíamos ser atraídos pela primeira” (Comblin, 2005, p. 26).

### **Colonialismo, racismo e violência genocida nos textos bíblicos**

Assim, ao buscar uma leitura descolonizada e descolonizadora da Bíblia, do cristianismo e do judaísmo, percebemos que nosso desafio não consiste somente em reavaliar as doutrinas, instituições e teologias construídas depois do período bíblico, nas alianças com os impérios que desenharam grande parte do mapa *mundi*. Percebemos que a aliança entre religião e projetos de dominação está dentro da própria Bíblia e com presença marcante e efetiva nos próprios textos. O colonialismo aparece na legitimação da violência e na ambiguidade da religião oficial de diversos momentos da história de Israel. No caso do Gênesis, aceitando que o texto de Gn 12 a 50 contém o esboço mais antigo das narrativas do Gênesis, podemos ver a presença desta teologia colonialista oficial já no início, inclusive em versículos muito apreciados em nossas liturgias e em nossos trabalhos pastorais e em escolas bíblicas populares:

#### **Gn 12,6-9:**

“Abraão atravessou a terra até o lugar santo de Siquén, no Carvalho de Moré. Nesse tempo os cananeus habitavam a terra. Javé apareceu a Abraão e lhe disse: ‘vou dar esta terra aos seus descendentes’. Abraão construiu aí um altar a Javé, que lhe havia aparecido. Daí, passou para a montanha, a oriente de Betel, e armou sua tenda, ficando Betel a oeste e Hai a leste. E aí construiu para Javé um altar e invocou o nome de Javé. Depois, de acampamento em acampamento, Abraão foi para o Negueb”.

Levando em conta os estudos críticos da Bíblia e os dados recentes da arqueologia, que demonstram que as tradições dos patriarcas eram originalmente independentes e isoladas umas das outras, sem a existência de laços de sangue e os vínculos temporais que nos são apresentados pelos textos bíblicos atuais;

e que Abraão, patriarca das tribos do sul viveu em Hebron, onde a veneração posterior guardou seu nome; enquanto as localidades de Siquém e Betel foram os locais onde habitaram Jacó/Israel, patriarca – ou talvez, patriarcas – do norte, Gn 12 nos mostra YHWH prometendo para os descendentes de Abraão, (Judá e a dinastia davídica) dois dos principais lugares do reino de Israel norte. No hebraico isso aparece enfatizado pelo apego do pronome demonstrativo “esta” à palavra terra, que na narrativa refere-se à terra na qual Abraão estaria pisando, terras do Israel Norte. Deve-se notar também que a terra não é prometida a Abraão, mas a “sua semente”, isto é, aos descendentes de Abraão. É interessante observar também que a promessa se refere a um pedaço específico, e relativamente pequeno, Siquém e Betel. Diferente de Gn 13,14-17; 15,18-19; 17,4-8; 18,18; 22,17-18; 26,3-4 onde geralmente a promessa refere-se a “toda a terra”, ou a uma extensão de terra bem maior, como desde o rio Nilo até o Eufrates.

Essa promessa, colocada no início do que seria a parte mais antiga do livro do Gênesis, capítulos 12-50, faz dela uma legitimação da invasão e tomada das terras de Israel Norte por Josias, substituindo o império assírio que já não tinha forças para controlar aquelas terras. É Javé quem teria prometido aquelas terras para os descendentes de Abraão, principal patriarca de Judá. E isso, conforme a glosa no final do verso 12,6, teria acontecido antes de Israel Norte ter se estabelecido ali: “Nesse tempo os cananeus habitavam a terra”. Nesse momento Josias, como descendente de Abraão, e seus exércitos estavam usando textos escritos, talvez os primeiros trechos da Bíblia autenticados e instituídos como “Palavra de Deus” pela profetisa Hulda (2Rs 22,8-19), para legitimar a invasão e a tomada das terras de Israel Norte do mesmo modo como os grileiros, com um documento falso, autenticado por alguma autoridade judicial, ou policial, ou simplesmente pela força bruta, para tomar terras de famílias camponesas estabelecidas há décadas ou séculos naquelas terras, das quais porém não possuem nenhum tipo de documento cartorial. Pelo que vimos acima, ainda hoje grupos judeus e cristãos seguem usando a Bíblia do mesmo jeito, legitimando violências muito semelhantes.

Colocando a promessa da terra para Abraão no início das narrativas, e colocando Abraão como pai dos patriarcas de outras regiões, a redação josiânica também faz com que todas as tradições culturais e religiosas do Norte e de outros povos (Jacó/Israel, Betel, Galaad, José...) fiquem subordinadas às tradições e instituições sulistas de Jerusalém. Isso também é feito mostrando Abraão como originário de Aram<sup>9</sup> (Gn 12,4b). Jacó tem muito mais relações com Aram e os arameus. De lá vem suas mulheres, ele faz aliança com seu sogro arameu,

<sup>9</sup> Gn 1-11 termina localizando Abraão em Ur dos Caldeus (Gn 11,28 e 31). No entanto, os caldeus somente aparecem na história por volta do século X AEC. Seu auge é o império neobabilônico, sob Nabucodonosor II, entre 605-562 AEC. Esta é provavelmente a origem dos grupos de exilados judaítas que voltaram do exílio, a partir de 530 AEC. Ao colocarem Abraão (o patriarca fundador do povo de Israel) no mesmo caminho feito por eles, os exilados legitimam as transformações políticas e religiosas que serão impostas por eles na Judá reconstruída, a teocracia e o judaísmo, como um novo começo para Israel.

e sua origem arameia aparece em uma das mais antigas orações de Israel Norte que a Bíblia nos traz: “Meu pai era um *arameu errante* que desceu ao Egito... (Dt 26.5-10). Ao colocar Abraão saindo de Aram, a redação josiânica coloca Abraão como o patriarca “arameu” no lugar de Jacó, o patriarca das tribos do norte. Tudo pertence à família de Abraão, à dinastia davídica, por direito divino. E todo o relacionamento da divindade com Isaac, Jacó/Israel passa a ser somente renovação das promessas feitas a Abraão. Deve-se lembrar também do drástico efeito da noção de que a Divindade pode transferir a propriedade de um povo para o outro teve e ainda tem na história dos povos colonizados.

A redação final dos textos bíblicos, realizadas pela teocracia/hierocracia sacerdotal judaíta, após os anos 400 AEC., acrescentará ainda outros elementos que na leitura fundamentalista, colonialista fornecerão legitimação para outros tipos de violência: a violência racial. Centrada no Templo, que se estruturava em torno dos conceitos da Lei, da pureza ritual e racial e do monoteísmo, estas perspectivas irão enquadrar a história oficial de Israel. Assim, a redação final de todo o Pentateuco destaca: a lei da instituição do sábado, como dia sagrado (2,2); a Aliança de Javé com Abraão, a bênção e as promessas para Abraão e seus descendentes, com destaque para a promessa da terra (12,7; 26,3-4; 28,13; 35,12; 48,4; 50,24); a circuncisão como marca de pertença ao povo da promessa (17,1-27); a sucessão consanguínea dos patriarcas, dando primazia para Abraão, fazendo com que todo o povo de Israel seja entendido como descendente de Abraão (48,15-16); que no conjunto do Pentateuco aparece cultuando exclusivamente a Javé (Ex 20,2-5) como o Deus único (Dt 4,35.39). Isso apoia a compreensão colonialista dos textos: a terra prometida, ao povo escolhido, de acordo com a Torá do único Deus que existe, diante do qual todos os direitos e reivindicações dos povos autóctones podem ser relativizadas ou simplesmente ignoradas.

A redação josiânica colocou ainda outros textos ligando religião e projetos de dominação colonialista dentro da Bíblia, em momentos importantes da história de Israel, como

### **Ex 3,7-8:**

Javé disse: ‘Estou vendo muito bem a aflição do meu povo que está no Egito. Ouvi seu clamor diante dos seus opressores, pois tomei conhecimento de seus sofrimentos. Desci para libertá-lo do poder dos egípcios e fazê-lo subir dessa terra para uma terra fértil e espaçosa, terra onde correm leite e mel’ ... O lugar dos cananeus, heteus, amorreus, ferezeus, heveus e jebuseu.

Este trecho contém uma das mais belas e apreciadas descrições bíblicas do caráter sensível e solidário da divindade para com os oprimidos. Muitíssimas vezes repetida entre teólogos da libertação e por nós que lemos a Bíblia nos movimentos sociais e com o povo que luta. Porém a parte final dessa citação, faz transparecer toda a ambiguidade da teologia oficial de Josias: Javé, a mesma di-

vindade que se mostra tão sensível e solidária para com os israelitas oprimidos, mostra-se violenta e impiedosa com uma dezena de outros povos (cananeus, heteus, amorreus...), cujas culturas deverão ser destruídas e dos quais será tirada a liberdade, a terra e a própria vida. Assim, se introduz mais um aspecto terrível nesta teologia: a violência genocida.

Violências como estas foram praticadas muitas vezes pela cristandade, com a Bíblia na mão e com esta teologia na cabeça. Ao ler versículos como Dt 11,24-25 e Js 1,3-6.18 quase se pode ver, no lugar de Josué entrando em Canaã, os espanhóis e portugueses chegando nas Américas:

### **Dt 11,24-25**

Pertencerá a vocês todo lugar onde a planta de seu pé pisar, e seu território irá do deserto até o Líbano, do rio Eufrates até o mar ocidental. Ninguém poderá resistir a vocês, porque Javé, o seu Deus, vai espalhar o medo e o terror de vocês em qualquer terra onde caminharem, conforme lhes falou.

### **Js 1,3-6.18**

Todo o lugar que seus pés pisarem, vou dá-lo a vocês, conforme falei a Moisés. Desde o deserto e o Líbano até o Grande Rio, o Eufrates, toda a terra dos heteus, e até o Mar Grande ao poente, será território de vocês. Ninguém poderá resistir a você durante todos os dias de sua vida. Assim como estive com Moisés, estarei com você. Eu não o deixarei nem o abandonarei. Seja forte e corajoso, pois você vai fazer esse povo herdar a terra que prometi dar a seus pais [...]18. Todo aquele que se rebelar contra suas ordens e não ouvir suas palavras e tudo o que você lhes ordenar, será morto. Somente seja forte e corajoso.

Em textos como esses se pode ver a raiz da ideologia política e religiosa que orientou os conquistadores que chegaram às terras das Américas, que os povos originários chamavam de *Abya Yala*, e até a violência que foi feita contra aqueles que opuseram resistência. A diferença é que espanhóis e portugueses as praticaram em nome do Evangelho e de Jesus. Esta é a mesma violência que é legitimada por grupos fundamentalistas sionistas judeus e cristãos nas questões relativas à terra da Palestina e ao povo palestino.

Deve-se aqui também fazer um parêntesis para dizer que o fundamentalismo islâmico, ao deixar-se guiar pelas perspectivas tardias que passaram a integrar os ensinamentos de Maomé após a conquista de Meca e a ampliação de seu domínio sobre tribos e regiões vizinhas, e especialmente nas perspectivas teológicas e doutrinárias dos sucessores de Maomé (os califas). Como Maomé não havia deixado nada escrito, são os califas que efetivamente irão escrever o Corão, porém já o fazem aplicando e adaptando os ensinamentos de Maomé para a organização e a administração do império árabe muçulmano que estava se desenhando. Isto é, partes do Corão, especialmente seus primeiros suras (capítulos) funcionam como texto da religião oficial do império árabe. Permitindo

que nele também se fundamentem leituras e práticas colonialistas, imperialistas, racistas e genocidas, semelhantes àquelas elaboradas e institucionalizadas no uso de partes da Bíblia Hebraica pela monarquia davídica e da Bíblia cristã e do cristianismo instrumentalizado como religião oficial da longa cadeia de impérios desde o império romano até os impérios espanhóis e portugueses e o império norte-americano da atualidade (Peters, 2007, pp. 115-151).

Voltando aos textos bíblicos, nós geralmente não percebemos a violência presente nestes textos. Não percebemos como estes versículos legitimam e impulsionam atitudes de dominação e colonialismo. Talvez porque não tivemos a experiência de sermos escravizados, de ter nossas terras tomadas, nossa cultura e nossa religião atacadas em nome de Deus por outras pessoas. Ou por não termos tentado ler os textos com os olhos de quem sofreu escravização, a expropriação de suas terras ou o desprezo por sua religião e cultura.

Porém, esta é uma leitura necessária para podermos construir teologias e espiritualidades depuradas de perspectivas colonizadoras, racistas e genocidas. É necessário colocar-se na perspectiva de quem passou por experiências desse tipo, e perguntar de onde vêm estes textos? Quem são os sujeitos sócio-políticos e teológicos que estão por trás deles? Porque foram elaborados, quais suas funções? Sempre é importante a discussão sobre a historicidade de tais textos, porém aqui, muito mais importante é a discussão sobre as funções que eles desempenham, pois estão nas Escrituras Sagradas. Por quê estes textos, estas narrativas, foram elaboradas? Qual é sua função? E especialmente lê-los na perspectiva dos povos originários deste continente e do continente africano e de seus remanescentes, e hoje especialmente, dos povos palestinos.

### **Conclusão: Ler como os olhos de Jesus de Nazaré, das vítimas destes textos, ou das doutrinas e leis religiosas, para fazer uma leitura descolonizadora e encontrar a Palavra de Deus para nós hoje**

Deixemo-nos guiar por Jesus de Nazaré, ele nos fará ouvir e sentir os apelos e os clamores dos profetas e profetisas junto aos trabalhadores empobrecidos e explorados das cidades e dos campos, dos povos indígenas, dos povos negros, e também dos povos palestinos para reencontrarmos nos textos bíblicos os núcleos sagrados, e testemunharmos a partir deles, a experiência da Divindade como presença libertadora, e sua palavra como força humanizadora. Uma leitura das Escrituras Sagradas com coração e cons-ciência que nos leve a ouvir e nos colocarmos no lugar do outro e da outra, das vítimas destes textos ou das doutrinas e leis religiosas, antes de emitirmos nossas opiniões sobre eles.

A leitura com os olhos de Jesus nos ensinará que para as comunidades cristãs primitivas, a palavra era “Palavra de Deus” quando direcionada para a justiça, para a misericórdia e para a defesa e a promoção da vida. Jesus fez isso com o sábado, uma das leis mais sagradas do judaísmo: “O sábado foi feito para

a pessoa, e não a pessoa para o sábado” (Mc 2,27; Mt 12,12). Assim também poderíamos buscar uma compreensão da Palavra de Deus mais pela sua função do que pela sua relação com uma doutrina ou com uma autoridade religiosa.

Ainda no evangelho de Mateus podemos talvez encontrar mais um elemento que nos ajuda a construir uma compreensão libertadora do conceito Palavra de Deus. Tem a ver com o sujeito que institui um acontecimento, ou um texto como “Revelação”, ou “Palavra de Deus”. Isso manifesta-se na oração de louvor, atribuída a Jesus pela comunidade que nos legou o evangelho de Mateus: “Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste essas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, assim foi do teu agrado” (Mt 11,25-26).

Do mesmo modo como na história do povo de Israel foram os escravizados que viram no êxodo a revelação do rosto e da vontade de Deus, no tempo de Jesus são os “pequeninos”, isto é, aqueles e aquelas que perceberam a vida, os atos e as palavras de Jesus como palavras que restauravam sua dignidade, que defendiam e promoviam suas vidas, como uma palavra de solidariedade radical de Deus com os pobres e excluídos de seu tempo. E enquanto os poderosos acusam Jesus de heresias e blasfêmias, os pequeninos instituem Jesus como o enviado, o “Filho de Deus” (Mc), o “Messias, o Cristo” (Mt), o “Salvador do Mundo” (Lc).

Na mesma direção, mais tarde, ao redor do ano 100, a comunidade Joanaína, violentamente perseguida (Jo 16,2), irá um pouco mais adiante. Ela não somente instituirá Jesus como a Palavra-Verbo de Deus encarnado (Jo 1,1-18) mas também instituirá Jesus como o próprio Deus (Jo 1,1; 5,17-18; 8,58; 10,30; 14,8-9; 20,28). Repete-se aqui o mesmo processo que levou a compreensão do êxodo como Revelação-Palavra de Deus.

Um critério descolonizado e descolonizador de “Palavra de Deus” seria então estabelecer que a autoridade última de qualificar a palavra anunciada como “Palavra de Deus”, cabe a quem a está recebendo, e não a alguma pessoa, instituição ou poder que a impõe aos outros a partir de sua posição de poder. Assim a Bíblia – e, poderíamos acrescentar, qualquer uma das Narrativas e Escrituras Sagradas dos outros povos - é “Palavra de Deus” quando defende, promove a justiça, a solidariedade, a humanização, o amor, a vida. Pois “a letra mata, mas o espírito é que dá vida” (2Cor 3,6).

## Referências

- Barr, James (1977). *Fundamentalism*. London: SCM Press.
- Ben-Gurion, David (1954). *The Rebirth and Destiny of Israel*. New York: Philosophical Library.
- Bowman, Glenn (1991). *The Politics of Tour Guiding: Israeli and Palestinian Guides in Israel and the Occupied Territories*. In: HARRISON, David (ed.). *Tourism and the Less Developed Countries*. London: Belhaven Press, pp. 121-134.
- Carr, D.M. (2011). *The formation of the Hebrew Bible. A New reconstruction*. New York: Oxford University Press.
- Chomsky, Noam (1983). *The Fateful Triangle: The United States, Israel, and the Palestinians*. London: Pluto Press.
- Comblin, José (2005). *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus.
- Dietrich, Luiz José; Silva, Rafael Rodrigues da (2020). *Em busca da Palavra de Deus. Uma leitura do Deuteronômio entre contradições, ambigüidades, violências e solidariedades*. São Paulo: Paulus.
- Finkelstein, Israel (2015). *O reino esquecido*. São Paulo: Paulus.
- Finkelstein, Israel e Silberman, Neil Asher (2018). *A Bíblia desenterrada. Nova visão arqueológica do antigo Israel das origens de seus textos*. Petrópolis RJ: Editora Vozes.
- Grabbe, Lester L. (2007). *Ancient Israel. What do we now and how do we know it*. London-New York: T&T Clark.
- Kaefer, José Ademar (2016). *Arqueologia das terras da Bíblia II*. São Paulo: Paulus.
- Liverani, Mário (2008). *Para além da Bíblia – História antiga de Israel*, São Paulo: Paulus/Loyola.
- Masalha, Nur. (2007). *The Bible and Zionism. Invented Traditions, Archaeology and Post-Colonialism in Palestine-Israel*. London & New York: Zed Books.
- Nakanose, Shigeyuki (2000). *Uma história para contar...A Páscoa de Josias. Metodologia do Antigo Testamento a partir de 2Rs 22,1-23,30*. São Paulo: Paulinas.
- Nova Bíblia Pastoral. São Paulo: Paulus, 2014.
- Peters, Francis Edward (2007). *Os monoteístas*. Vol. I: Os povos de Deus. São Paulo: Contexto.
- Prior, Michael (1997). *Settling for God*. Middle East International, 565 (19 December): pp. 20-21.
- Prior, Michael (1997). *The Bible and Colonialism: A Moral Critique*. Sheffield: Sheffield Academic Press.
- Rose, John (2004). *The Myths of Zionism*. London: Pluto Press.

- Ruether, Rosemary Radford (1998). *Christianity and the Future of the Israeli-Palestinian Relations*. In: McGowan, Daniel; Ellis, Marc H. (eds.). *Remembering Deir Yassin: The Future of Israel and Palestine*. New York: Olive Branch Press, pp. 112-22.
- Schniedewind, M. (2011). *Como a Bíblia tornou-se um livro. A textualização no Antigo Israel*. São Paulo: Loyola.
- Shindler, Colin. *The Land Beyond Promise: Israel, Likud and the Zionist Dream*.
- Zabatiero, Júlio Paulo Tavares (2013). *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus.

Luiz José Dietrich